

## **Anexo CT - Requisitos Técnicos**

### **Lote 1 - SEGURO DE ACIDENTES DE TRABALHO**

#### **1.1.- TOMADOR DO SEGURO**

Uma das entidades adquirentes de acordo com a Cláusula 3.<sup>a</sup> do Caderno de Encargos.

#### **1.2 – OBJETO DO SEGURO**

**1.2.1.** A responsabilidade do tomador do seguro pelos encargos provenientes de acidentes de trabalho do pessoal da Entidade Adquirente, consoante o respetivo regime legal aplicável:

- Nos termos da legislação em vigor, nomeadamente, nos termos definidos no Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 novembro, na sua redação em vigor, para Trabalhadores ao Serviço de Entidades Empregadoras Públicas; ou
- Em conformidade com a Lei n.º 98/2009 de 4 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 83/2021, de 06 de dezembro, para Trabalhadores ao Serviço de entidades que não integrem a Administração Local, e demais legislação em vigor e de acordo com as condições gerais das apólices.

**1.2.2.** Compreende a transferência das responsabilidades legais do Tomador de Seguro, resultantes da ocorrência de sinistros tipificados como acidentes de trabalho, relativamente a todos e a cada um dos funcionários, agentes e contratados pelas Entidades Adquirentes.

**1.2.3.** Deverá incluir ações de voluntariado realizadas pelos colaboradores das Entidades Adquirentes, desde que as mesmas sejam patrocinadas pelo Tomador do seguro.

**1.2.4.** Não se considera pessoa segura a que preste atividade em regime de trabalho independente, a quem, para efeito de seguro seja aplicável o regime previsto no Decreto-Lei n.º 159/99, de 11 de maio, alterado pelo Decreto-Lei n.º 382-A/99, de 22 de setembro.

#### **1.3.– ÂMBITO DO SEGURO**

(de ora em diante, deve ser entendido de acordo com o regime aplicável, conforme a Entidade Adquirente. Caso a Entidade Adquirente aplique os dois regimes, considerar-se-á, a taxa aplicável ao regime prevalecente, legalmente definido.)

**1.3.1.** Ficam abrangidos por este contrato todos os trabalhadores, contratados por tempo indeterminado ou a termo, certo ou incerto, ao serviço das entidades adquirentes, inscritos no Regime de Proteção Social Convergente (RPSC - Caixa Geral de Aposentações) e no Regime Geral de Segurança Social (RGSS), e, ainda, todo aquele que, considerando-se na dependência económica do tomador do seguro, preste, em conjunto ou isoladamente, determinado serviço, os membros dos gabinetes de apoio à presidência e da vereação, nos termos do n.º 3 do art.º 2.º do Decreto-Lei 503/99, de 20 novembro, na sua atual redação, ou consoante o regime aplicável à entidade adquirente em conformidade com a Lei n.º 98/2009 de 4 de setembro, com a redação conferida pela Lei n.º 83/2021, de 06 de dezembro.

**1.3.2.** O local de trabalho a segurar é todo o lugar em que o trabalhador se encontra ou deva dirigir-se em virtude do seu trabalho e em que esteja direta ou indiretamente, sujeito ao controlo do tomador do seguro;

**1.3.3.** O tempo de trabalho engloba todos os acidentes que possam ocorrer no local de trabalho e durante

o período de laboração, o que preceder o seu início, em atos de preparação ou com ele relacionados, e o que se lhe seguir, em atos também com ele relacionados, e as interrupções normais ou forçadas de trabalho, e ainda no percurso de e para o local de trabalho;

**1.3.4.** Ficam ainda cobertos os riscos de deslocação e de exercício de atividades profissionais (nomeadamente execução de serviços espontaneamente prestados e de que possa resultar proveito económico para o empregador, fora do local de trabalho ao abrigo do direito de reunião).

**1.3.5.** Quando à Entidade adquirente se aplique o regime de Acidentes em Serviço, em conformidade com o n.º 3 do artigo 45.º do Decreto-Lei n.º 503/99, 20 de novembro, a entidade adjudicante transfere a responsabilidade por acidentes em serviço prevista naquele diploma para o adjudicatário, que deverá garantir as prestações, o pagamento das despesas e o cumprimento das formalidades legais previstas naquele diploma, sendo nulas as cláusulas adicionais que impliquem a redução de quaisquer direitos, regalias e garantias;

**1.3.6.** Para o efeito o tomador do seguro, obriga-se a remeter ao adjudicatário, até ao dia 15 de cada mês, a relação de proventos salariais do mês anterior;

**1.3.7.** O seguro será celebrado na modalidade de prémio variável;

**1.3.8.** Deve ser enviada ao tomador do seguro a respetiva fatura com uma antecedência mínima de 30 (trinta) dias, com indicação das datas de vencimento e respetivos valores, consoante obrigação de pagamento do prémio, único ou fracionado, conforme 1.6.

**1.3.9.** No final de cada ano civil será sempre efetuado o acerto relativo ao montante do prémio variável.

#### **1.4. – COBERTURAS, CAPITAIS SEGUROS E GARANTIAS**

**1.4.1.** Ficam cobertos os acidentes em serviço que ocorram em Portugal e automaticamente os riscos de deslocação e de exercício da atividade profissional ao e no estrangeiro, incluindo ações de formação profissional, por períodos até 30 dias, sem qualquer agravamento tarifário;

**1.4.2.** Para efeitos da alínea anterior, o tomador do seguro obriga-se a comunicar previamente ao adjudicatário as deslocações a efetuar ao estrangeiro;

**1.4.3.** Em caso de acidente ocorrido em território estrangeiro, as despesas aí efetuadas relativas à assistência médica, medicamentos ou hospitalar, bem como os encargos referentes a transportes ou repatriamento ficarão a cargo do adjudicatário;

**1.4.4.** O seguro garante a cobertura dos trabalhadores, face aos riscos de Acidentes em serviço, os respetivos salários e subsídio de férias e de Natal e outras prestações com carácter de regularidade;

**1.4.5.** As indemnizações por incapacidade temporária, parcial ou absoluta, são definidas em função do salário ílquido, englobando as remunerações, de carácter permanente ou acessório incluídas na massa salarial segura, nos termos legalmente previstos e que se traduz numa indemnização correspondente ao salário líquido auferido pelo colaborador;

**1.4.6.** Será liquidado ao Tomador de Seguro o capital correspondente aos subsídios previstos nos artigos 35.º, 36.º e 37.º do Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de novembro, na sua atual redação, bem como, no tocante às pensões referidas no ponto anterior, o valor correspondente à provisão matemática constituída de acordo com os coeficientes previstos na Portaria 11/2000, de 13 de janeiro e com o grau de incapacidade permanente fixado, no prazo de 90 dias, contados da data da notificação para o efeito, à Seguradora.

**1.4.7.** Os trabalhadores têm direito à reparação, em espécie e em dinheiro, dos danos resultantes de acidentes em serviço, nos termos do disposto no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de novembro, na sua atual redação, bem como, o direito à reparação a lesão resultante de um acidente em serviço e que seja consequência de tal tratamento;

**1.4.7.1.** O direito à reparação em espécie, consagrado no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de

novembro, deverá contemplar os mínimos exigidos na legislação em vigor, nomeadamente:

- a) Prestações de natureza médica, cirúrgica, de enfermagem, hospitalar, medicamentosa e quaisquer outras, incluindo tratamentos termais, fisioterapia e o fornecimento de próteses e ortóteses, seja qual for a sua forma, desde que necessárias e adequadas ao diagnóstico ou ao restabelecimento do estado de saúde físico ou mental e da capacidade de trabalho ou de ganho do sinistrado e à sua recuperação para a vida ativa;
- b) O direito aos aparelhos de próteses e ortóteses abrange os destinados à correção ou compensação visual, auditiva ou ortopédica, bem como a prótese dentária e, ainda, a estética, se justificada;
- c) A aquisição, renovação ou substituição dos aparelhos referidos anteriormente carecem de prescrição médica fundamentada;
- d) Quando do acidente resultar a inutilização ou a danificação de próteses ou ortóteses de que o trabalhador já era portador, este tem direito à respetiva reparação ou substituição;
- e) Quando o sinistrado optar por assistência médica particular, tem direito ao pagamento da importância que seria despendida em estabelecimento do serviço clínico do segurador responsável, devendo, para efeitos de reembolso, apresentar os documentos justificativos de todas as despesas efetuadas com o tratamento das lesões, doença ou perturbação funcional resultantes do acidente.
- f) Pagamento de transporte e estada para observação, tratamento e comparência a juntas médicas ou a atos judiciais, ou seja:
  - i. No caso de deslocação da residência ou do local onde o trabalhador se encontre com vista a assistência médica, observação, tratamento, comparência a juntas médicas ou a atos judiciais que implique estada, este tem direito ao pagamento da correspondente despesa, até ao limite do valor previsto para as ajudas de custo dos trabalhadores com a posição remuneratória superior ao nível remuneratório 18 da escala salarial do regime geral, salvo se a sua condição de saúde, medicamente fundamentada, justificar despesas de montante mais elevada;
  - ii. Quando o médico assistente ou a junta médica declarar que o estado de saúde do trabalhador o exige, há lugar ao pagamento das despesas de um acompanhante, nas mesmas condições das estabelecidas para o trabalhador.

**1.4.7.2.** O direito à reparação em dinheiro compreende:

- g) Remuneração, no período das faltas ao serviço motivadas por acidente em serviço, sendo considerada a remuneração líquida auferida pelo sinistrado à data do acidente, a partir do dia seguinte ao do acidente, de acordo com o Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de novembro, na sua atual redação
- h) Remuneração, no período das faltas ao serviço motivadas por acidente de trabalho, sendo considerada a remuneração auferida pelo sinistrado à data do acidente, a partir do dia seguinte ao do acidente, de acordo com a Lei nº 98/2009, de 4 de setembro, na sua atual redação;
- i) Indemnização em capital ou pensão vitalícia correspondente à redução na capacidade de trabalho ou de ganho, no caso de incapacidade permanente;
- j) Pagamento mediante validação médica do subsídio por assistência de terceira pessoa,

resultante de acidente que não permita ao trabalhador praticar com autonomia os atos indispensáveis à satisfação das necessidades básicas da vida quotidiana sem assistência permanente de outra pessoa:

- i. Consideram-se necessidades básicas os atos relativos à alimentação, locomoção e cuidados de higiene pessoal;
  - ii. O familiar do dependente ou quem com ele coabite, que lhe preste assistência permanente, é considerado terceira pessoa;
  - iii. O montante mensal do subsídio corresponde ao valor da remuneração paga a quem preste a assistência, com o limite da remuneração mínima mensal garantida para os trabalhadores do serviço doméstico.
- k) Subsídio para readaptação de habitação;
  - l) Subsídio por situações de elevada incapacidade permanente;
  - m) Despesas de funeral e subsídio por morte;
  - n) Incapacidade temporária;
  - o) Incapacidade permanente parcial e absoluta;

#### **1.5.- PAGAMENTO DE INCAPACIDADES TEMPORÁRIAS E DESPESAS MÉDICAS**

**1.5.1.** As indemnizações por Incapacidade Temporária (I.T.) serão liquidadas à entidade adjudicante, figurando esta como entidade recebedora, dado que esta repõe o salário do trabalhador sinistrado quando este se encontra de baixa por Acidente de Trabalho, ou de regresso ao serviço embora com tarefas e horário adequado ao estado de saúde, nos termos da lei, e até o trabalhador se encontrar totalmente capacitado.

**1.5.2.** As despesas médicas ou outras despesas eventualmente suportadas pelo sinistrado deverão ser enviadas e liquidadas diretamente aos respetivos lesados.

#### **1.6. - FRACIONAMENTO**

Mensal ou trimestral, conforme opção a definir por cada Entidade Adquirente, sem custos de fracionamento. Poderá, ainda, ser adotada a opção de não fracionamento do pagamento do prémio.

#### **1.7- INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**

**1.7.1.** O Segurador compromete-se a celebrar acordos com pelo menos 1 clínica/consultório, sediada no Concelho de Cascais, para assistir sinistrados ficando os prestadores da assistência obrigados a registar a situação clínica do sinistrado, até à alta, no boletim de acompanhamento médico, aprovado pelo art.º 51.º do Decreto-Lei n.º 503/99, a fornecer pelo adjudicante, devendo acompanhar o sinistrado até à alta médica, devendo no final ser entregue à Entidade Adquirente.

**1.7.2.** O segurador procederá à celebração de acordos com pelo menos 2 farmácias sediadas no Concelho de Cascais de forma a isentar os sinistrados do pagamento das despesas com prescrições médicas, consequência de tais acidentes, sendo as referidas despesas cobradas diretamente pelas farmácias, à seguradora.

**1.7.3.** A Seguradora terá de remeter ao corretor nomeado, trimestralmente, os elementos de sinistralidade.

## **SEGURO DE ACIDENTES DE TRABALHO – Beneficiários de Medidas de Apoio ao Emprego (IEFP)**

### **1.OBJETO DO SEGURO**

**1.1.** A(s) responsabilidade(s) da Entidade Adquirente (Segurado) pelos encargos provenientes de acidentes de trabalho.

**1.2.** As pessoas abrangidas por este seguro não são titulares de contrato de trabalho, conforme a definição constante do Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, na sua atual redação, mas titulares de contrato enquanto beneficiárias no âmbito de medidas de Contrato Emprego-Inserção ou de medidas de Contrato Emprego-Inserção+, reguladas pelas Portaria n.º 128/2009, de 30 de janeiro, alterada pelas Portarias n.º 294/2010, de 31 de maio, n.º 164/2011, de 18 de abril, n.º 378-H/2013, de 31 de dezembro, n.º 20-B/2014, de 30 de janeiro e n.º 136/2022, de 4 de abril, através das quais é desenvolvido trabalho socialmente necessário, ou enquanto beneficiárias de outras medidas similares ou equivalentes;

**1.3.** A equiparação do desempenho de atividade ao abrigo daqueles contratos é para efeitos de tratamento de acidente, considerado equiparado a acidente de trabalho, na cobertura dos riscos advenientes de acidentes em contexto laboral, previsto e regulado na Lei n.º 98/2009, de 4 de setembro transferindo-se, por este contrato a responsabilidade do Tomador do Seguro, pela reparação de acidentes de trabalho.

### **2.COBERTURAS E GARANTIAS**

**2.1.** Cobertura obrigatória, nos termos da Lei n.º 98/2009 de 04 de setembro, que regulamenta o regime de reparação de acidentes de trabalho, incluindo a reabilitação e reintegração profissionais, de acordo com o artigo 284.º do Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro.

### **3.CAPITAL SEGURO:**

**3.1.** O capital a segurar é a Remuneração Mensal Mínima Garantida (em 2023 é de 760,00 €), calculado nos termos gerais da apólice uniforme, acrescido de subsídio de alimentação (em 2023, de 6,00 €) e subsídio de transporte até ao montante de 12,5% do Indexante aos Apoios Sociais (IAS) (em 2023 é de 60,05 €). O capital anual a considerar por pessoa segura, tendo por referência o ano de 2023 é de **€12.752,55**,

**3.2.** O capital a segurar deverá ser calculado proporcionalmente para os seguintes períodos, para os quais deverá ser apresentada, em sede de consulta futura, a proposta de prémio:

- até 3 meses;
- até 6 meses;
- até 9 meses;
- até 1 ano.

### **4.MODALIDADE DE CONTRATO E FORMA DE PAGAMENTO**

**4.1.** O contrato assume a modalidade de seguro temporário, em que será emitida uma apólice por pessoa segura, a vigorar pelo período comunicado de vigência no pedido de colocação da pessoa segura, que dará origem à emissão da respetiva apólice.

**4.2.** O pagamento do prémio será único, não estornável.

**4.3.** O segurador compromete-se a aceitar a substituição da pessoa segura identificada na apólice, caso

ocorra o termo do contrato com o beneficiário nos primeiros 15 dias (inclusive) da sua vigência, para contratos até 6 meses, ou durante os primeiros 30 dias, nos contratos entre 6 meses e 1 ano.

#### **5. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**

**5.1.** Todas as indemnizações processadas ao abrigo da garantia de Incapacidade Temporária, são pagas diretamente ao Tomador do Seguro.

**5.2.** As despesas médicas ou outras despesas eventualmente suportadas pelo sinistrado deverão ser enviadas e liquidadas diretamente aos respetivos lesados no prazo máximo de 30 dias seguidos após a receção dos documentos.

**5.3.** O Segurador compromete-se a celebrar acordos com pelo menos 1 clínica/consultório, sediadas no Concelho de Cascais, caso existam, e/ou nos Concelhos limítrofes, para assistir sinistrados ficando os prestadores da assistência obrigados a registar a situação clínica do sinistrado, até à alta, no boletim de acompanhamento médico, a fornecer pelo adjudicante, devendo acompanhar o sinistrado até à alta médica, devendo no final ser entregue ao adjudicante.

**5.4.** O segurador procederá à celebração de acordos com pelo menos 2 farmácias sediadas no Concelho de Cascais, caso existam, de forma a isentar os sinistrados do pagamento das despesas com prescrições médicas, consequência de tais acidentes, sendo as referidas despesas cobradas diretamente pelas farmácias, à seguradora.

**5.5.** A Seguradora terá de remeter ao corretor nomeado, trimestralmente, os elementos de sinistralidade.

## **Lote 2 – SEGURO DE FROTA AUTOMÓVEL**

### **2.1 - TOMADOR DO SEGURO**

Cada uma das entidades adquirentes de acordo com a Cláusula 3.<sup>a</sup> do Caderno de Encargos.

### **2.2. – OBJETO DO SEGURO**

Todo e qualquer veículo incluído na frota automóvel das entidades adquirentes, incluindo os que se encontrem em regime de Aluguer Operacional de Viaturas, *Renting* ou em regimes semelhantes.

As tipologias de veículos constantes do **ANEXO III** ao Programa de Procedimento representam a generalidade das categorias comuns à data do procedimento, podendo a frota específica de cada entidade adquirente incluir veículos, máquinas ou outros equipamentos, sujeitos a seguro obrigatório, não especificamente ali previstos, cabendo ao cocontratante efetivar a respetiva categorização em sede de procedimento ao abrigo do Acordo Quadro.

### **2.3. – ÂMBITO DO SEGURO**

**2.3.1.** Pretende-se um seguro obrigatório de responsabilidade civil automóvel, previsto na legislação em vigor, designadamente, no Decreto-Lei n.º 291/2007, de 21 de agosto, declaração de retificação n.º 96/2007, de 21 de agosto, Decreto-Lei n.º 153/2008, de 6 de agosto, para todo e qualquer veículo da entidade adquirente, independentemente do regime de propriedade e de utilização, incluindo aluguer, com base num prémio total anual por veículo e durante todo o período de vigência do contrato de seguro;

**2.3.2.** A frota automóvel da entidade adjudicante é composta pelos veículos propriedade da mesma, bem como viaturas cedidas por protocolo a esta, cuja responsabilidade pelo seguro lhe tenha sido transmitida;

**2.3.3.** O seguro obriga a reparação dos danos corporais ou materiais causados a terceiros, em que a morte integra o conceito de dano corporal;

**2.3.4.** Quando o acidente for simultaneamente de viação e de trabalho, aplicar-se-ão as disposições do Decreto-Lei n.º 291/2007, de 21 de agosto, tendo em atenção as constantes da legislação especial de acidentes de trabalho;

**2.3.5.** O disposto no parágrafo anterior é aplicável, com as devidas adaptações, quando o acidente possa qualificar-se como acidente em serviço, nos termos do Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de novembro, ou Acidente de Trabalho de acordo com a Lei nº 98/2009, de 4 de setembro;

**2.3.6.** A frota automóvel da entidade adquirente pode igualmente ser composta por máquinas com matrícula propriedade da mesma e/ou cedidas por protocolo a esta, cuja responsabilidade pelo seguro lhe tenha sido transmitida.

**2.3.7.** Sempre que haja lugar à substituição de um veículo ou máquina do Município, ou ainda à aquisição de um novo, a entidade adjudicante comunicará ao adjudicatário, por escrito, os elementos e características do mesmo, assim como as coberturas pretendidas, por forma a promover a emissão do seguro respetivo, num prazo máximo de 48 horas.

### **2.4 - COBERTURAS, CAPITALS SEGUROS E GARANTIAS**

**2.4.1.** São considerados serviços associados à prestação do serviço de seguro Automóvel os serviços aqui descritos, em particular a proteção jurídica, a assistência em viagem, a gestão de sinistros e, opcionalmente, veículo de substituição.

**2.4.3.** As coberturas e capitais a considerar deverão ser, posteriormente, concretizadas pelas entidades adquirentes, e são as seguintes:

**2.4.3.1. Assistência em viagem VIP/TOP:** abrange a assistência, em caso de avaria ou acidente, e o transporte do veículo, ocupantes e bagagens, incluindo os Autocarros. No que respeita ao reboque do veículo por acidente ou avaria, os concorrentes deverão considerar, no mínimo, um capital de 500 € para ligeiros e de 1.500 € para pesados/maquinas. Também, estará garantido em caso de avaria ou acidente, uma viatura substituição, da mesma categoria da viatura segura até 3.500 kg de Peso Bruto, pelo período máximo de 5 dias.

**2.4.3.2. Proteção Jurídica:** garante assistência jurídica - compreende a salvaguarda dos interesses das entidades adquirentes em processos de litígio com outras seguradoras/veículos junto dos tribunais, de acordo com as condições gerais do cocontratante, designadamente:

- i. Honorários de advogados;
- ii. Custas Judiciais.

**2.4.3.3. Quebra Isolada de Vidros:** garante os danos, causados, por causa não compreendida, em virtude de quebra isolada dos vidros, para-brisas, óculo traseiro e vidros laterais.

**2.4.3.4. Acidentes Pessoais** (todos os ocupantes - pessoas transportadas, incluindo condutor/utilizador de bicicletas), em consequência de acidente de viação com o veículo seguro, ficará garantido as seguintes indemnizações:

Cobertura	Opção A Capital	Opção B Capital
Morte ou Invalidez Permanente	15.000,00 €	25.000,00 €
Despesas de tratamento/Repatriamento	1.500,00 €	2.500,00 €
Despesas de Funeral	1.500,00 €	2.500,00 €

Na cobertura de Acidentes Pessoais utilizadores de bicicletas, admite-se possa, em sede de procedimento, ser emitida apólice autónoma.

**2.4.3.5. Danos próprios:**

- i. Choque, Colisão e Capotamento: garante os danos sofridos, pelo veículo seguro, em consequência de embate contra corpo fixo (choque), em movimento (colisão), ou quando o veículo perca a sua posição normal e não resulte de choque ou colisão (capotamento);
- ii. Incêndio, Raio e Explosão: garante os danos no veículo, em consequência de incêndio casual, queda de raio ou explosão, quer o veículo se encontre em marcha ou parado, recolhido em garagem ou



em qualquer outro local;

iii. Furto ou Roubo: inclui os danos derivados do desaparecimento, destruição ou deterioração do veículo, por motivo de furto ou roubo;

iv. Fenómenos da Natureza: garante os danos no veículo, em consequência de tufões, ciclones, tornados, erupções vulcânicas, trombas de água, chuvas torrenciais, enxurradas, aluimento de terras, tremores de terra, queda isolada de árvores, etc.;

v. Atos de vandalismo: garante os danos no veículo, causados por atos de vandalismo, incluindo a destruição total ou parcial do veículo;

vi. Veículo de substituição por acidente ou avaria, até 30 dias, o qual não poderá ter categoria/gama inferior à viatura segura. Considera-se como franquia apenas o dia do acidente ou avaria.

**2.4.3.6. Cobertura de responsabilidade civil:** com um capital mínimo obrigatório por lei (em 2023 7.750.000,00€) e de um capital máximo de 50.000.000,00 €.

## **2.5. FRACIONAMENTO**

Mensal, trimestral, semestral ou anual conforme opção a definir por cada Entidade Adquirente, sem custos por fracionamento.

## **2.6. - CONDIÇÕES ESPECIAIS APLICÁVEIS AO SEGURO**

**2.6.1.** A Seguradora deverá emitir uma apólice única de frota ou individuais conforme se aplique (sem agravamento nem descontos por sinistro ou antiguidade);

**2.6.2.** O segurador garante que o capital seguro em sede de danos próprios funciona em regime de valor convencionado, sendo anualmente revisto pela Entidade Adquirente. Em caso de indemnização por perda total do veículo seguro, não há lugar a desvalorizações mensais, sendo garantido durante toda a anuidade, o valor seguro na data de início do contrato ou da sua renovação.

**2.6.3.** Para os veículos que beneficiam da cobertura de danos próprios, os extras neles incorporados ficam automaticamente seguros, sem necessidade de serem discriminados e valorizados, desde que a totalidade do capital seguro da viatura inclua o valor de tais extras e o valor do todo, veículo e extras, corresponda à regra do Valor Seguro definida nas Condições Gerais.

**2.6.4.** Para além do prémio a praticar, os concorrentes são obrigados a:

a) Fornecer a grelha de prémios e taxas a aplicar por cobertura, consoantes as categorias (indicação de qual a tarifa a praticar);

**2.6.5.** Cada reboque deverá ter um seguro próprio de Responsabilidade Civil, ficando assim derrogada a exclusão de serviço de reboque para todas as viaturas da frota, sem existir a necessidade de identificar as viaturas que efetuam serviço de reboque.

**2.6.7.** As garantias do seguro mantêm-se estando as viaturas ao ar livre.

**2.6.8.** Caso se verifique alteração de prestador face a apólice vigente à data de início de execução de contrato, cabe à Entidade Adquirente garantir o correto cancelamento das apólices a descontinuar, para que não exista duplicação de coberturas e respetivos custos, ou falta de cobertura por anulação das apólices existentes antes da entrada em vigor do contrato.

**2.6.9.** O serviço de gestão de sinistros consiste no registo da ocorrência, encaminhamento ou

agendamento para o local de reparação, peritagem, aprovação da reparação, regularização de franquias e, caso esteja contratado o serviço de viatura de substituição, a sua disponibilização e respetivo tratamento operacional, no cumprimento de todas as disposições e obrigações legais, observando os prazos previstos no Decreto-Lei n.º 291/2007, de 21 de agosto.

**2.6.10.** A entidade adquirente pode solicitar, em sede de convite, que fiquem garantidos os sinistros entre viaturas do segurado.

**2.6.11.** A entidade adquirente pode, a qualquer momento, incluir novos veículos na apólice, ou abater veículos existentes, devendo a apólice manter-se atualizada através da emissão de fatura-recibo e/ou estornos. Quando dê lugar a prémio adicional a fatura não pode ser emitida sem prévia emissão pela Entidade Adquirente da respetiva adjudicação e nota de encomenda.

**2.6.12.** Para a cobertura de “Assistência em viagem”, o adjudicatário compromete-se a incluir o reboque de todas as viaturas, incluindo as pesadas de passageiros, sem qualquer encargo adicional ou franquia, bem como, sem restrição de área (km 0). Da mesma forma, suportará as despesas de transporte de todos os ocupantes até ao domicílio do subscritor ou até ao seu local de destino inicialmente previsto, desde que estes últimos gastos não sejam superiores aos primeiros. Quando o veículo seguro, imobilizado por acidente ou avaria, não for reparável ou substituído no mesmo dia, o serviço de “Assistência em viagem” suportará, até aos limites fixados, os custos de alojamento das pessoas seguras, desde que não inicialmente previstos, pelo período em que estejam a aguardar a reparação ou substituição do mesmo;

**2.6.13.** Derrogando o que em contrário se encontrar exarado nas Condições Gerais da apólice, neste seguro não se aplica qualquer período de carência na cobertura de assistência em viagem.

**2.6.14.** Emissão de cartas verdes anuais.

**2.6.15.** A Seguradora terá de remeter ao corretor nomeado, trimestralmente, os elementos de sinistralidade.

### **Lote 3 – SEGURO DE ACIDENTES PESSOAIS**

#### **3.1 - TOMADOR DO SEGURO**

Uma das entidades adquirentes de acordo com o artigo 2º do Caderno de Encargos, podendo a entidade adquirente optar por emissão de apólices à medida das reais necessidades.

#### **3.2 – INFORMAÇÕES GERAIS**

- Pagamento de um capital por morte ou invalidez permanente, total ou parcial, por acidente decorrente das diversas atividades;
- Pagamento de despesas de tratamento, incluindo internamento hospitalar, e de repatriamento.
- Derrogando o que em contrário se encontrar exarado nas Condições Gerais, este seguro deverá garantir as consequências de sinistros que se traduzam em:
  - Roturas e/ou distensões musculares, de ligamentos, articulações e/ou tendões;
  - Implantação ou reparação de próteses e/ou ortóteses;
  - As despesas de transporte, prescritas pelo médico assistente, que se adequem à natureza da lesão;
  - Acidentes verificados em pessoas com mais de 70 anos;
  - Estomatologia.
- De acordo com o n.º 3 e 4, do artigo 14º - Seguros proibidos – do Decreto-Lei n.º 72/2008 de 16 de abril, nesta apólice de seguro aplica-se, aos menores de 14 anos, todas as coberturas e capitais contratados.
- Em caso de acidente, a assistência clínica será prestada na rede convencionada da seguradora, salvo situações de urgência, sem custos de despesas de tratamento para o sinistrado, até ao limite do capital seguro para a cobertura de Despesas de Tratamento. O sinistrado poderá ainda optar pela modalidade de reembolso.

### **I – UTENTES DAS INSTALAÇÕES DESPORTIVAS, RECREATIVAS, CULTURAIS E DE LAZER**

#### **I-3.1 OBJETO E ÂMBITO DO SEGURO:**

I-3.1.1 Com base nos diplomas legais em vigor, designadamente o Decreto-Lei n.º 10/2009, de 12 de janeiro, o Decreto-Lei n.º 271/2009, de 01 de outubro e a Portaria n.º 141/96, de 04 de maio, ficam garantidos os acidentes corporais resultantes da prática amadora de atividades desportivas desenvolvidas no âmbito dos eventos periodicamente organizados pela entidade adquirente.

I-3.1.2 Fica, ainda, incluída a prática de desporto, atividade cultural ou recreativa – em competição, treino, estágio, preparação, ensaio ou atuação – em representação ou sob o patrocínio da entidade adquirente.

I-3.1.3 O presente seguro aplica-se a qualquer acontecimento de natureza accidental, verificado durante a

utilização das instalações desportivas, recreativas, culturais. Para este efeito, entende-se como acontecimento de natureza accidental, o acontecimento de carácter súbito, externo e imprevisível para o Tomador do Seguro, Pessoa Segura e Beneficiário, que cause à Pessoa Segura lesões corporais, invalidez permanente, incapacidade temporária ou morte, verificadas clinicamente.

### **I-3.2 COBERTURAS, CAPITALS SEGUROS E GARANTIAS**

I-3.2.1 As pessoas seguras que sejam utentes e/ou utilizadores das infraestruturas e/ou instalações desportivas, recreativas e culturais da entidade Adquirente ou sob sua gestão, cobertas ou ao ar de livre, abertas ao publico, no âmbito do Regime Jurídico do Seguro Desportivo Obrigatório, terão abrangidos pelas coberturas/capitais abaixo, de acordo com a redação que lhe for dada por posteriores alterações

<b>Cobertura Garantida</b>	<b>Capital Seguro</b>
Morte	30.363,38 €
Invalidez Permanente Absoluta e Parcial	30.363,38 €
Despesas de Tratamento até	4.858,14 €
Despesas de Funeral até	2.429,07 €
Despesas com substituição e reparação de próteses e ortóteses existentes	500,00 €

Os Capitais Seguros são automaticamente atualizados, em janeiro de cada ano, de acordo com o índice de preços do consumidor verificado no ano anterior e publicado pelo Instituto Nacional de Estatística, I.P.

### **I-3.3 FRACIONAMENTO DOS PRÉMIOS:**

Mensal, trimestral, semestral ou anual, conforme opção a definir por cada Entidade Adquirente, sem custos de fracionamento.

### **I-3.4 FRANQUIA**

I-3.4.1 Pretende-se que sejam fornecidas propostas de preços para seguros sem franquias.

I-3.4.2 As entidades adquirentes poderão estabelecer uma franquias em caso de sinistro. Se for estabelecida franquias, o segurador obriga-se a melhorar as condições de preço constantes do Acordo Quadro.

I-3.4.3 Caso a entidade adquirente tenha estabelecida uma franquias, esta não é oponível ao lesado, sendo que a Seguradora deverá recobrar (reembolsar), junto do Tomador do Seguro.

## **II- ATIVIDADES TEMPORARIAS E “CAMPO DE FÉRIAS” (OU ATIVIDADES SIMILARES)**

### **II-3.1 OBJETO DO SEGURO:**

II-3.1.1 Ficam garantidos os participantes em acontecimentos ou eventos de caráter turístico, desportivo, cultural, musical, de recreio ou educativo.

II-3.1.2 As atividades, mencionadas anteriormente, desenvolvem-se em vários locais, dentro ou fora do concelho da Entidade Adquirente, podendo as mesmas serem efetuadas em recinto fechado ou aberto, dependendo do tipo de modalidade.

II-3.1.3 Ficam também incluídas nas apólices a cobertura dos acidentes emergentes de:

- a) Deslocações em transporte fornecido pelas Entidades Adquirentes, para participação naquele tipo de eventos;
- b) Perturbações de ordem pública, tumultos e agressões, desde que o praticante não tenha nelas tomado parte ativa.

II-3.1.4. O presente seguro aplica-se a qualquer acontecimento de natureza accidental, verificado durante o período da atividade. Para este efeito, entende-se como acontecimento de natureza accidental, o acontecimento de caráter súbito, externo e imprevisível para o Tomador do Seguro, Pessoa Segura e Beneficiário, que cause à Pessoa Segura lesões corporais, invalidez permanente, incapacidade temporária ou morte, verificadas clinicamente.

II-3.1.5. Pretende-se um seguro de acidentes pessoais, anual, que abranja todos os participantes das atividades e eventos de caráter desportivo, cultural e recreio da entidade adquirente, cuja realização se desenvolve eventual ou periodicamente, em determinados dias do ano.

II-3.1.6. As entidades adquirentes poderão definir um âmbito mais abrangente para este seguro, adequando-o às suas reais necessidades, não vinculando o adjudicatário aos prémios máximos propostos, desde que devidamente enquadrado nos limites de coberturas definidos no presente documento.

II-3.1.7 Pretende-se um seguro de acidentes pessoal para as Campos Férias ou atividades similares que as Entidades Adquirentes venham a desenvolver, repartidos por turnos (semanais, 7 dias corridos) estimando-se um universo de participantes, de acordo com os seguintes Grupos:

- a) Grupo 1 = 0 a 100 participantes;
- b) Grupo 2 = 101 a 200 participantes;
- c) Grupo 3 = 201 a 300 participantes;
- d) Grupo 4 = Mais de 300 participantes.

Aponta-se, como exemplo - 5 Turnos x 40 Participantes = 200 Participantes Ou  
2 Turnos x 100 Participantes = 200 Participantes

- Estas atividades têm por objetivo o acompanhamento e apoio pedagógico a crianças e jovens, dos estabelecimentos escolares do Concelho.
- As colónias de férias são em regime residencial e/ou não residencial.

### **II -3.2 COBERTURAS, CAPITALS SEGUROS E GARANTIAS (por pessoa segura):**

II-3.2.1 As pessoas seguras que participem em atividades temporárias culturais, desportivas e de recreio, estarão garantidas pelos seguintes:

<b>Cobertura Garantida</b>	<b>Capital Seguro</b>
Morte	30.363,38 €
Invalidez Permanente Absoluta e Parcial	30.363,38 €
Despesas de Tratamento até	4.858,14 €
Despesas de Funeral até	2.429,07 €
Despesas com substituição e reparação de próteses e ortóteses existentes	500,00 €

Os Capitais Seguros são automaticamente atualizados, em janeiro de cada ano, de acordo com o índice de preços do consumidor verificado no ano anterior e publicado pelo Instituto Nacional de Estatística, I.P

II-3.2.2 As pessoas seguras que participem em “Campos de Férias” ou atividades similares, estarão garantidas pelos seguintes:

<b>Cobertura Garantida</b>	<b>Capital Seguro (Legislação em vigor)</b>
Morte	60.800,00 €
Invalidez Permanente Absoluta e Parcial	60.800,00 €
Despesas de Tratamento até	7.600,00 €
Despesas de Funeral até	6.080,00 €
Despesas com substituição e reparação de próteses e ortóteses existentes – máximo de 7,5% do valor das despesas de tratamento	570,00 €

Os Capitais Seguros para as coberturas indicadas no ponto anterior, são atualizados de acordo com o Decreto-Lei n.º 32/2011, de 7 de março e Portaria n.º 629/2004, de 12 de junho;

### **II-3.3 FRACIONAMENTO DOS PRÉMIOS:**

Mensal, trimestral, semestral ou anual, conforme opção a definir por cada Entidade Adquirente, sem custos de fracionamento.

### **II-3.4 FRANQUIA**

II-3.4.1 Pretende-se que sejam fornecidas propostas de preços para seguros sem franquia.

II-3.4.2 As entidades adquirentes poderão estabelecer uma franquia em caso de sinistro. Se for estabelecida franquia, o segurador obriga-se a melhorar as condições de preço constantes do Acordo Quadro.

II-3.4.3 Caso a entidade adquirente tenha estabelecida uma franquia, esta não é oponível ao lesado, sendo que a Seguradora deverá recobrar (reembolsar), junto do Tomador do Seguro.

## **III- PROGRAMAS DE VOLUNTARIADO INCLUINDO COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS**

### **III-3.1 OBJETO DO SEGURO:**

III-3.1.1 Seguro de acidentes pessoais, nos termos da Lei nº 71/98, de 31 de novembro e do Decreto-Lei 389/99, de 30 de setembro, não incluindo a componente de doença. O presente seguro garante os acidentes ocorridos durante o desenvolvimento das atividades de voluntariado, durante o percurso direto entre o domicílio e o local do exercício da atividade e retorno, qualquer que seja o meio de transporte utilizado.

III-3.1.2 Este seguro, abrange ainda, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 14.º da 147/99, de 1 de setembro, alterada pelas Leis nºs 31/2013 de 22 de agosto, 142/2015, de 8 de setembro e 23/2017, de 23 de maio, os elementos da Comissão alargada da CPCJ, que nesse âmbito exercem as competências previstas no artigo 18º da mencionada Lei.

### **III-3.2 ÂMBITO DO SEGURO:**

III-3.2.1 Ficam garantidos os acidentes corporais durante a realização das atividades daqueles Voluntários, garantindo-se ainda a cobertura dos acidentes decorrentes de:

- a) Deslocações em transporte ao serviço desta atividade; e,
- b) Perturbações de ordem pública, tumultos e agressões, de que o voluntário / vigilante seja alvo no exercício da sua atividade.

III-3.2.2 As entidades adquirentes poderão definir um âmbito mais abrangente para este seguro, adequando-o às suas reais necessidades, não vinculando o adjudicatário aos prémios máximos propostos.

III-3.2.3 Estão seguras as pessoas que exercem voluntariado para as entidades adquirentes ou para outras instituições que aquelas reconheçam como beneficiárias do seguro.

### **III-3.3 COBERTURAS, CAPITALS SEGUROS E GARANTIAS (por pessoa segura):**

<b>Cobertura Garantida</b>	<b>Capital Seguro (Legislação em vigor)</b>
Morte	50.000,00 €
Invalidez Permanente Absoluta e Parcial	50.000,00 €
Despesas de Tratamento até	5.000,00 €
Despesas de Funeral até	1.500,00 €
Incapacidade Temporária (*)	20,00 €

(\*) A cobertura de Incapacidade temporária só é aplicável caso o sinistrado esteja a receber uma remuneração à data do acidente.

### **III-3.4 FRACIONAMENTO DOS PRÉMIOS:**

Mensal, trimestral, semestral ou anual, conforme opção a definir de cada Entidade Adquirente, sem custos de fracionamento.

### **III-3.5 FRANQUIA**

III-3.5.1 Pretende-se que sejam fornecidas propostas de preços para seguros sem franquias.

III-3.5.2 As entidades adquirentes poderão estabelecer uma franquia em caso de sinistro. Se for estabelecida franquia, o segurador obriga-se a melhorar as condições de preço constantes do Acordo Quadro.

III-3.5.3 Caso a entidade adquirente tenha estabelecida uma franquia, esta não é oponível ao lesado, sendo que a Seguradora deverá recobrar (reembolsar), junto do Tomador do Seguro.

## **IV- ESCOLAR**

### **VI.3.1 OBJETO DO SEGURO:**

Pretende-se seguro de Acidentes Pessoais, sem nomes, para alunos da oficina da criança/ATL, creche e Pré-Escolar.



### **VI.3.2 COBERTURAS, CAPITALS SEGUROS E GARANTIAS (por pessoa segura):**

<b>Cobertura Garantida</b>	<b>Capital Seguro (Legislação em vigor)</b>
Invalidez Permanente	30.000,00 €
Despesas de Tratamento até	7.500,00 €
Despesas de Funeral até	1.500,00 €
Responsabilidade Civil do Aluno	30.000,00 €

### **VI.3.3 OUTRAS CONDIÇÕES**

Em caso de acidente, o tomador do seguro enviará à seguradora, juntamente com a participação de sinistro, prova em como o utente foi sinistrado durante a utilização do espaço e/ou instalação garantida pela apólice. Tal prova, sempre que possível, deverá ser feita através da indicação de quem prestou os primeiros socorros no local do acidente.

### **VI-3.4 FRACIONAMENTO DOS PRÉMIOS:**

Mensal, trimestral, semestral ou anual, conforme opção a definir pela Entidade Adquirente, sem custos de fracionamento.

### **VI-3.5 FRANQUIA**

III-3.5.1 Pretende-se que sejam fornecidas propostas de preços para seguros sem franquias.

II-3.5.2 As entidades adquirentes poderão estabelecer uma franquia em caso de sinistro. Se for estabelecida franquia, o segurador obriga-se a melhorar as condições de preço constantes do Acordo Quadro.

III-3.5.3 Caso a entidade adquirente tenha estabelecido uma franquia, esta não é oponível ao lesado, sendo que a Seguradora deverá recobrar (reembolsar), junto do Tomador do Seguro.

## **Lote 4 – Seguro Multirriscos**

### **4.1.- TOMADOR DO SEGURO**

Cada uma das entidades adquirentes de acordo com a Cláusula 3.<sup>a</sup> do Caderno de Encargos.

### **4.2. – OBJETO DO SEGURO**

**4.2.1.** O objeto do seguro são os edifícios e outras construções, incluindo benfeitorias, bem como os respetivos recheios ou conteúdos que façam parte integrante do Património Imobiliário e Mobiliário da Entidade Adquirente.

**4.2.2.** Ficam incluídos na definição referida no número anterior todos os bens que se trate de utensílios, máquinas, material de exposição e equipamento fixo ou móvel/portátil em deslocação em qualquer local.

**4.2.3.** Ficam ainda incluídos os bens de terceiros sob custódia, cuidado ou controlo da Entidade adquirente, incluindo objetos e/ou bens de carácter artístico para exposição, venda ou àconsignação.

**4.2.4.** Ficam ainda incluídas as viaturas propriedade das entidades adquirentes, desde que parqueadas no interior do perímetro das instalações do segurado.

**4.2.5.** Os bens mencionados nos pontos 4.2.1 a 4.2.4 farão parte do objeto seguro desde que devidamente valorizados na relação de bens a enviar pelas entidades adquirentes.

### **4.3. - COBERTURAS:**

4.3.1. Este Seguro assegura o pagamento dos prejuízos causados pela ocorrência de quaisquer dos seguintes riscos:

1. Incêndio, queda de raio e/ou explosão;
2. Tempestades;
3. Inundações;
4. Danos por água;
5. Danos em muros, vedações e portões;
6. Fenómenos sísmicos;
7. Aluimentos de terras;
8. Queda de aeronaves;
9. Choque ou impacto de veículos terrestres, incluindo os provocados por veículos do segurado;
10. Choque ou impacto de objetos sólidos;
11. Atos de vandalismo, maliciosos ou de sabotagem;
12. Greves, tumultos, alterações da ordem pública;
13. Danos causados por fumo;
14. Queda de granizo, neve e gelo;
15. Combustão espontânea;
16. Limpeza, demolição e remoção escombros;
17. Desenhos, documentos e livros;
18. Danos em bens do senhorio;
19. Riscos elétricos;

20. Equipamento eletrónico, incluindo a cobertura de transporte para todo o mundo;
21. Avaria de máquinas;
22. Derrames acidentais;
23. Privação temporária do local ocupado ou arrendado, quer estes sejam de função habitacional ou profissional;
24. Honorários de peritos;
25. Perda de rendas;
26. Quebra ou queda acidental de bens;
27. Quebra ou queda acidental de vidros, painéis e antenas;
28. Bens de terceiros confiados ao segurado;
29. Furto e/ou roubo, incluindo dinheiro em cofre, caixa e transporte;
30. Danos aos imóveis causados por furto ou roubo;
31. Danos estéticos;
32. Danos em transporte terrestre de bens;
33. Danos em parques, jardins e áreas de conservação da natureza, incluindo o respetivo equipamento, edificações, mobiliário e plantas;
34. Pesquisa e reparação de avarias;
35. Infidelidade de trabalhadores;
36. Danos em bens de empregados
37. Obras menores
38. Deterioração de Bens Refrigerados
39. Responsabilidade civil extracontratual, incluindo os danos entre condóminos e/ou arrendatários e/ou ocupantes das frações (cruzada)

#### **4.4.– DEFINIÇÕES**

4.4.1. O âmbito das coberturas a contratar, não especialmente definidas nestas condições técnicas, corresponderão ao estabelecido nas Condições Gerais Multirriscos das entidades cocontratantes.

#### **4.5. - CAPITAL A SEGUIR:**

4.5.1. As entidades adquirentes poderão contratar um seguro que englobe a totalidade dos vários bens e recheios, sendo o património a segurar apresentado pelas entidades adquirentes em sede de convite.

No âmbito do presente acordo-quadro o concorrente deverá enquadrar a proposta nos seguintes grupos de capital a segurar para a **totalidade** dos bens imóveis e respetivos recheios ou outros equipamentos:

- a) Grupo 1 – Inferior a 250.000,00 €
- b) Grupo 2 – 250.000,01 € a 1.000.000,00 €
- c) Grupo 3 – 1.000.000,01 € a 5.000.000,00 €
- d) Grupo 4 – 5.000.000,01 € a 20.000.000,00 €
- e) Grupo 5 – 20.000.000,01 € a 100.000.000,00 €
- f) Grupo 6 – 100.000.000,01 € a 500.000.000,00 €
- g) Grupo 7 – Superior a 500.000.000,00 €

4.5.2. O capital a segurar corresponde ao valor total das rubricas de Edifícios e Outras Construções (a título exemplificativo - Edifícios das Entidades Adquirentes, Frações Habitacionais (habitação social), Escolas, Pavilhões, Piscinas, Centros de Saúde, Parques de Estacionamento, Estaleiros e Oficinas, Armazéns e quaisquer Outros Edifícios e Construções da Entidade Adquirente, incluindo outras imobilizações corpóreas e Imobilizações em curso incluindo benfeitorias), e/ou Recheio (inclui equipamento eletrónico, ainda que portátil ou temporário, associado à atividade da Entidade Adquirente), bem como outros Equipamentos (a título exemplificativo - Parquímetros, Carregadores Elétricos, Bicicletas em regime de utilização partilhada, Painéis, etc), propriedade das entidades adquirentes.

4.5.3. Cabe às Entidades Adquirentes definir, de acordo com as suas necessidades, os limites de indemnização, por sinistro e anuidade, ocorrido ao abrigo de cada um dos riscos suprarreferidos, não devendo ultrapassar os seguintes limites, nem o valor do capital seguro:

Danos causados por fumo	50.000,00€
Limpeza, demolição e remoção de escombros	300.000,00€
Desenhos, documentos e livros	100.000,00€
Danos em bens do senhorio	50.000,00€
Riscos elétricos – 1º. Risco	100.000,00€
Equipamento eletrónico, - 1º. Risco - incluindo a cobertura de transporte	100.000,00€
Avaria de máquinas – 1º. Risco	500.000,00€
Derrame accidental	50.000,00€
Privação temporária do local ocupado ou arrendado	50.000,00€
Honorários de peritos e despesas de avaliação de danos	100.000,00€
Perda de rendas	100.000,00€
Quebra ou queda accidental de bens	50.000,00€
Quebra ou queda accidental de vidros, painéis e antenas	50.000,00€
Bens de terceiros	50.000,00€
Furto e/ou roubo, incluindo os danos causados ao imóvel	300.000,00€
Danos estéticos	50.000,00€
Furto e/ou roubo de dinheiro em cofre, caixa ou em transporte	45.000,00€
Danos em transporte terrestre de bens	50.000,00€
Danos em parques, jardins e áreas de conservação da natureza, incluindo o respetivo equipamento, edificações, mobiliário e plantas	100.000,00€
Infidelidade de trabalhadores	10.000,00€
Danos em bens de empregados	5.000,00€
Obras menores	50.000,00€
Deterioração de Bens Refrigerados – 1º. Risco	25.000,00 €
Responsabilidade civil extracontratual, incluindo os danos entre condóminos e/ou arrendatários e/ou ocupantes das frações (cruzada)	100.000,00€

4.5.4. A determinação do capital, ou seja, do valor a atribuir aos bens que constituem o objeto do contrato de seguro, é sempre da responsabilidade da Entidade Adquirente (o Tomador de Seguro), e deverá ter em consideração os critérios das condições gerais de Multirriscos das entidades cocontratantes.

#### **4.6.- FRANQUIA:**

**4.6.1** A proposta de prêmio para as coberturas contratadas terá em conta a inexistência de qualquer franquia.

No entanto, os concorrentes deverão apresentar igualmente propostas para prêmios de seguros com franquia fixa de 250 € e de 500 €, sem prejuízo da entidade adquirente poder fixar outra, exceto nas coberturas de fenómenos sísmicos onde a franquia é de 5% do capital seguro por local de risco. Nos casos em que existam outras franquias, a proposta de prêmios será definida através da aplicação de um desconto percentual sobre prêmio proposto para a cobertura sem franquia.

#### **4.7. - CONDIÇÕES ESPECIAIS:**

**Derrogação da regra proporcional** - Em caso de ocorrência de sinistros abrangidos pela presente apólice, fica acordado que o Segurador prescinde da aplicação da regra proporcional, até à diferença máxima de 10% entre o capital seguro dos edifícios e conteúdos e o respetivo valor de reconstrução e substituição.

**Atualização de capitais** - O segurador atualizará anualmente os capitais seguros em 2%, caso outra atualização não seja informada pelo Segurado.

**Indemnização na base do valor de substituição em novo** - Fica acordado que em caso de sinistro com os bens seguros por esta apólice, a base sobre a qual se calculará a quantia indemnizável, será o valor em novo ou de reconstrução, no dia imediatamente anterior ao sinistro, de bens da mesma qualidade ou tipo, mas não superiores ou de maior amplitude do que os bens seguros quando novos.

**Adiantamento por conta de sinistros** - Em caso de ocorrência de sinistros abrangidos pela presente apólice e após o início dos trabalhos de reparação, se a eles houver lugar, ou substituição, fica o segurador obrigado a efetuar os adiantamentos que se revelem necessários em função do desenvolvimento e execução do programa de trabalhos, ou de aquisição de bens e / ou serviços que o segurado tenha de celebrar.

**Bens de terceiros** - O presente seguro inclui bens propriedade de terceiros, desde que, ou na medida em que, esses bens não se encontrem seguros pelos proprietários ou qualquer outra pessoa, sendo neste caso a responsabilidade do segurador limitada à quantia a pagar pelo segurado com o fim de compensar o respetivo proprietário pelos danos ou estragos sofridos pelos referidos bens.

**Riscos elétricos** - Nos termos desta cláusula, este contrato cobre também os danos ou prejuízos causados a quaisquer máquinas elétricas, transformadores, aparelhos e instalações elétricas e/ou eletrónicas e aos seus acessórios, nomeadamente por sobre tensão e sobreintensidade, incluindo os produzidos pela eletricidade atmosférica, curto-circuito, mesmo quando não resulte incêndio. Ficam derrogadas quaisquer limitações de potência imposta pelas Condições Gerais e/ou Especiais, às máquinas e/ou equipamentos afetados pelo risco em causa.

**Exposições temporárias** - Relativamente à realização de Exposições Temporárias da responsabilidade do Segurado, quer seja nas suas instalações ou nas de terceiros, aplicam-se os seguintes termos de cobertura:

- a) Fica expressamente acordado que o objeto seguro é constituído por objetos dos segurados, ou de terceiros, neste último caso, quando temporariamente confiados ou entregues ao seu cuidado, controle, custódia ou consignação;
- b) A apólice cobre quaisquer danos provenientes de causa externa aos objetos seguros, excluindo-se apenas os danos resultantes de causa interna, nomeadamente o vício próprio. Esta cobertura é extensiva ao transporte terrestre dos bens seguros, em território nacional, incluindo cargas e descarga;
- c) O Segurado facultará ao Segurador, apenas em caso de sinistro, relação das obras/bens objeto da exposição, onde deverá vir indicado o respetivo valor unitário;
- d) O capital seguro em caso de sinistro corresponderá ao valor indicado na referida relação, sendo que se aceita o limite máximo de responsabilidade do segurador de 250.000,00€ ano/sinistro, em 1.º risco.

**Coleções, pares ou séries de objetos** - Se se perder ou danificar qualquer objeto que tenha um valor acrescido, por fazer parte de um par ou conjunto, qualquer pagamento que o segurador efetue terá em conta esse valor acrescido. O Segurado decide se o segurador paga a totalidade do valor do par ou conjunto. O máximo que o segurador pagará será o valor do par ou conjunto. Em caso de sinistro causado por um risco coberto o segurador poderá liquidar as despesas de restauro e/ou reparação, exceto se a desvalorização por parte da qualidade atribuível à mercadoria segura for reconhecida. Caso em que se aplicarão as disposições a seguir mencionadas:

- a) Em caso de se verificar a impossibilidade ou desvantagem económica do restauro e/ou reparação, o segurador obriga-se a indemnizar o segurado, tendo em conta o valor de mercado dos objetos sinistrados;
- b) Em caso de divergência quanto à atribuição daquele valor, o segurador e o segurado nomearão, cada um, um perito avaliador que concluirá pelo valor a indemnizar.

**Danos acontecidos em transportes terrestres** - Ficam garantidos os danos acontecidos em transporte terrestre no território nacional de bens, propriedade do segurado ou de terceiros, em consequência de acidentes com o veículo transportador, incêndio, raio ou explosão, atos de vandalismo ou maliciosos, furto e/ou roubo, incluindo as operações de carga e descarga.

**Quebra ou queda accidental de bens** - Fica garantido qualquer dano accidental de quebra ou queda, que sofram os bens móveis do segurado ou de terceiros quando confiados, por qualquer acidente ou infortúnio desde que constituam uma ocorrência súbita e imprevista.

**Bens existentes ao ar livre** - Derrogando o que em contrário se encontrar estipulado nas Condições Gerais da Apólice, fica convencionado que os bens municipais existentes ao ar livre estão garantidos por esta apólice.

**Danos em jardins** - Ficam garantidos os danos sofridos nos jardins do segurado em consequência da verificação de qualquer risco coberto por esta apólice. Em caso de sinistro ao abrigo desta cobertura a indemnização do segurador empregar-se-á diretamente na reparação ou reconstrução das zonas relvadas, na substituição de herbáceas, arbustos e árvores por outros da mesma espécie e porte.

**Danos em bens de empregados** - Ficam garantidos os danos diretamente resultantes de qualquer risco garantido pelo presente contrato, causados aos bens pertencentes a empregados ou colaboradores do

Segurado, incluindo títulos e valores, acontecidos no interior ou exterior dos locais de trabalho, durante o período laboral. Admite-se que a presente cobertura seja limitada a 1.000,00€ (mil euros) de indemnização por sinistro, com um máximo de 5.000,00€ (cinco mil euros) por anuidade.

**Gastos extraordinários** - Ficam garantidos os gastos extraordinários com o aluguer de equipamento para substituição de máquinas ou instalações danificadas por um risco coberto por esta apólice de seguro. Admite-se o limite máximo de responsabilidade do segurador, ao abrigo desta Condição especial, é de 25.000,00€/ano/sinistro.

#### **Despesas suplementares com trabalhos provisórios**

Em caso de sinistro coberto pela apólice, ficam também garantidos os custos incorridos pelo segurado com reparações provisórias e/ou temporárias, quer estas venham, ou não, a ser incluídas nos trabalhos definitivos, desde que tais reparações sejam necessárias, quer seja por questões de segurança, de manutenção do serviço/uso público, ou qualquer outra necessidade superveniente. Adicionalmente, através desta Condição Especial, também ficam garantidos os custos extraordinários para aceleração dos trabalhos, ou substituição definitiva dos bens seguros que tenham sofrido perdas ou danos provocados por uma situação coberta por esta apólice, incluindo os custos com encargos extras por horas extraordinárias, trabalho noturno, trabalho em dias feriados e transporte em via rápida e frete aéreo. Admite-se o limite máximo de responsabilidade do segurador, ao abrigo desta Condição Especial, de 35.000,00€ (trinta e cinco mil euros) ano/sinistro.

#### **Desenhos, documentos e livros**

Fica acordado que o âmbito desta cobertura é extensível a desenhos, documentos e livros com interesse histórico, artístico, técnico e/ou cultural.

#### **Furto e/ou roubo**

Fica acordado que em complemento às disposições previstas nas Condições Gerais, a cobertura de furto e/ou roubo considera-se extensível à garantia do furto dos bens seguros quando praticado sub-repticiamente e às ocultas do segurado, seus funcionários, vigilantes e ou outros prestadores de serviços, enquanto as instalações se encontrarem abertas ao público.

**Obras menores** - Ficam cobertas as perdas e danos materiais sofridos pelos bens que correspondam a obras menores de construção, montagem, ampliação, modificação, reparação, manutenção e conservação, inclusivamente colocar a funcionar e testes, bem como aos materiais reunidos ao pé da obra, incluindo equipamentos, maquinaria e ferramentas em que o segurado tenha interesse, desde que as ditas obras sejam realizadas nos locais de risco seguros e devido a um risco garantido pela presente apólice. Ao finalizar esta cobertura por termo da obra, os bens afetados serão considerados automaticamente incluídos na cobertura desta apólice. Consideram-se obras menores, para efeito de aplicação desta Condição Especial, aquelas cujo valor não supere os 150.000,00 € (cento e cinquenta mil euros).

**Compensação de capitais** - Pela alteração que for necessária nas Condições Gerais da apólice, fica expressamente estabelecido que se no momento em que ocorre um sinistro existir excesso de capital seguro em quaisquer bens seguros, o dito excesso aplicar-se-á aos bens que estejam insuficientemente seguros. Admitida a compensação na forma indicada, proceder-se-á ao normal pagamento do sinistro de acordo com o estabelecido nestas Condições particulares da apólice.

### **Privação temporária do local arrendado e/ou ocupado**

**Função Habitacional** - Nos termos desta Condição Especial e até aos limites fixados, o Segurador garante às pessoas que ocupem os fogos/habitações do tomador, seguras nesta apólice, em caso de sinistro coberto pelas garantias do contrato, o seguinte:

- a) Gastos de hotel** - Se os edifícios ou algum dos fogos/habitações seguros ficarem inabitáveis, admite-se o pagamento de hotel ou reembolso de gastos até ao montante máximo de 2.000,00 €, por fogo/habitação sinistrado. Sempre que possível o segurador pagará a indemnização diretamente à entidade prestadora dos serviços de hospedagem;
- b) Gastos de mudança e guarda de bens** - Se os edifícios ou algum dos fogos/habitações seguros ficarem inabitáveis, admitem-se custos, com a mudança até à habitação provisória, os quais não poderão ultrapassar 500,00 €, por fogo/habitação sinistrado bem como a guarda dos objetos e bens que não se transfiram para a habitação provisória os quais não poderão ultrapassar 350,00 euros, por fogo/habitação sinistrado;
- c) Gastos de restaurante e lavandaria** - Se os edifícios ou algum dos fogos/habitações seguros ficarem inabitáveis, os gastos de restaurante e lavandaria, até ao montante máximo de 2.000,00 €, por fogo/habitação sinistrado.

**Função Profissional** - Nos termos desta Condição Especial e até aos limites fixados, o Segurador, indemnizará o Segurado, em caso de sinistro coberto por esta apólice, que lhe origine privação temporária do uso do local arrendado ou ocupado, pela sua atividade, pelas despesas em que o mesmo tiver de razoavelmente incorrer com a armazenagem dos objetos seguros não destruídos, incluindo o respetivo transporte, ou com o exercício provisório da atividade noutro local até ao limite do capital fixado para esta garantia. A indemnização será paga contra documentos comprovativos das despesas efetuadas, após dedução dos encargos a que o Segurado estaria sujeito se o sinistro não tivesse ocorrido e que, entretanto, deixou de suportar. Os bens seguros que tenham sido transferidos para outro local de risco, ao abrigo desta cláusula, continuam garantidos nas mesmas condições desta apólice.

No geral, o limite máximo de indemnização da presente Condição Especial é de 50.000,00, (cinquenta mil euros) por sinistro e ano do seguro, sendo a garantia válida pelo período indispensável à reinstalação no local onde se verificou o sinistro, sem nunca poder exceder os 9 meses.

### **OUTRAS CONDIÇÕES APLICÁVEIS AO SEGURO**

Para reclamações de prejuízos até 2.500,00€ (dois mil e quinhentos euros), antes de aplicação da franquia contratual, o segurador prescinde do processo de peritagem e aceita processar as indemnizações com base na apresentação de um dos seguintes documentos:

- a) Apresentação da participação de sinistro;
- b) Cópia do orçamento de reparação, em caso de perda parcial;
- c) Em caso de perda total, cópia do recibo de aquisição do bem à data da compra, ou cópia do recibo de substituição, ou fatura pró-forma, ou cópia da ficha de imobilizado, onde conste a descrição e o valor do bem.

Independentemente do valor da reclamação e sempre que esta seja paga em dinheiro, o segurador incluirá sempre no montante a indemnizar, o correspondente valor de IVA, quando este for efetivamente suportado pelo Tomador do Seguro, não podendo invocar para tal, a entrega dos originais dos recibos, quando estes forem emitidos à ordem do Tomador do Seguro, uma vez que por Lei, está vedada a estas entidades a dedução



do imposto em causa.

#### **4.8 – FRACIONAMENTO**

Mensal, trimestral, semestral ou anual, conforme opção a definir pela Entidade Adquirente, sem custos de fracionamento.

## **Lote 5 - SEGURO DE MÁQUINAS DE CASCO**

### **5.1 - TOMADOR DO SEGURO**

A Entidade Adquirente de acordo com a Cláusula 3.ª do Caderno de Encargos.

### **5.2 - OBJECTO DO SEGURO**

Máquinas e equipamentos móveis que integram o parque de viaturas conforme listagem a fornecer pela Entidade Adquirente com indicação de marca, modelo, matrícula/nº de série, ano de fabrico e valor de substituição em novo.

### **5.3 – LOCAL DE RISCO**

Todo e qualquer local onde o segurado possua instalações ou interesses.

### **5.4 – ÂMBITO DA COBERTURA**

Pretende-se um seguro para a cobertura dos danos diretamente causados às máquinas, instalações e equipamentos identificados pelas entidades adquirentes aquando do recurso ao acordo-quadro, pela ocorrência de um sinistro fortuito, súbito e imprevisto, que obriguem a reparações ou substituições, mesmo parciais.

Estão nomeadamente abrangidos por esta apólice, entre outros, os danos causados por:

⇒ Coberturas Base:

- Incêndio, queda de raio e explosão;
- Furto e/ou roubo, ou a sua tentativa;
- Choque, colisão, capotamento, descarrilamento e queda em valas;
- Acidentes durante as operações de carga ou descarga dos equipamentos, incluindo o respetivo transporte dos equipamentos seguros;
- Impacto de objetos, erro de manobra, imperícia, acidente de montagem e queda de casco;
- Avalanches, aluimentos e/ou deslizamentos de terrenos, queda de terras ou de pedras resultantes de escorregamento de barreiras;
- Tempestades, ciclones, inundações, sismos, erupções vulcânicas, maremotos e outros fenómenos da natureza.
- Queda de aeronaves;
- Fica garantida a extensão de cobertura de máquinas casco desta apólice (ou seja, só danos próprios), aos acidentes de circulação, ocorridos em estradas, vias ou caminhos, que as viaturas seguras possam sofrer.

⇒ Coberturas Adicionais

- Greves, assaltos, tumultos e alterações da ordem pública;
- Despesas de remoção de escombros e salvamento – (até 10% do valor seguro do equipamento sinistrado)
- Responsabilidade Civil Laboração – (limitado a 150.000,00€ sinistro/anuidade)

### **5.5 – CAPITAL A SEGUAR**

A determinação do capital, ou seja, do valor a atribuir aos bens que constituem o objeto do contrato de seguro, é sempre da responsabilidade da Entidade Adquirente (Tomador de Seguro), e deverá ter em consideração os critérios das Condições Gerais do Seguro de Máquinas Casco das entidades cocontratantes.

Sendo assim, tanto à data da celebração do contrato como ao de cada momento da sua vigência, o capital deverá corresponder ao custo, em novo, de outro bem com idênticas características, capacidade e rendimento, incluindo as despesas com fretes, montagem, impostos (exceto IVA quando este for dedutível pelo Segurado) e direitos alfandegários (se aplicável)

### **5.6 FRANQUIA**

Em caso de sinistro, aplica-se uma franquia fixa de 250 € sobre o valor do prejuízo indemnizável.

Nos danos causados por fenómenos sísmicos é aplicável uma franquia de 5% do capital seguro.

### **5.7 – FRACIONAMENTO**

Mensal, trimestral, semestral ou anual, conforme opção a definir por cada Entidade Adquirente, sem custos de fracionamento.

### **5.8 - TAXAS**

A taxa indicada na proposta respeita ao conjunto das coberturas base e adicionais.